

# aos leitores

---

**E**sta edição da *Revista Observatório Itaú Cultural* tem como objeto um tema/mundo. Esse tema/mundo não sugere imprecisão na escolha do tema, mas, antes, que o tema evocado figura como um manancial de mundos, de imaginários, de repertórios de significados e da diversidade simbólico-cultural e territorial que define os sertões brasileiros. Significa assinalar que, em uma sociedade predominantemente rural até por volta dos anos 1960, as experiências simbólicas, afetivas e orais dos mundos rurais brasileiros constituem uma parte vibrante e recôndita do mosaico da nossa identidade nacional. São memórias lúdicas, gustativas e comunitárias que repousam nas sensibilidades de grupos, classes e coletividades mais amplas e que compõem os fluxos de fantasias de milhões de brasileiros – nordestinos, caipiras paulistas, gaúchos, goianos, mineiros e pantaneiros, entre outros.

A densidade urbana e a consolidação de uma sociedade industrial, impessoal e

competitiva a partir da década de 1970 não diluíram esse repertório telúrico, sentimental e mágico que define o mosaico dos mundos rurais brasileiros. Antes, o contrário. Esses mundos se multiplicaram ainda mais, principalmente por meio da música popular, da televisão e do cinema. Há uma senha que os acessa, e, tal qual sugere o sociólogo Norbert Elias, essa senha diz respeito a um símbolo conceitual portador de um formidável acervo de significação. Esse símbolo conceitual diz respeito à palavra sertão. Poucas palavras na língua portuguesa falada e escrita no Brasil são tão preñes de significados quanto “sertão”. Seu conteúdo é constitutivo do nosso complexo e sinuoso processo de nacionalização dos sentimentos e afetos (ELIAS, 1991). Há um naco vibrante de sertão em cada brasileiro e em cada brasileira.

Não há oportunidade mais alvissareira e fecunda para se tratar do sertão do que no final da segunda década do século XXI. Por três razões fundamentais. A primeira

porque as políticas públicas que tencionam promover a cidadania cultural e o exercício dos direitos culturais têm nos sertões e nos mundos rurais brasileiros um grande desafio. Por um lado, essas políticas, levadas a termo por instituições nacionais, locais e organismos transnacionais (como a Unesco), contribuíram para a valorização dos saberes, dos fazeres e das crenças das comunidades rurais (indígenas, quilombolas etc.), assim como de determinadas coletividades, como artesãs, lavadeiras, cordelistas, cozinheiras, rezadeiras, vaqueiros, pescadores e agricultores, entre outras. Logo, os mundos rurais brasileiros, já ricos em seus repertórios expressivos, ganharam um novo reconhecimento, atestando, de modo institucional e jurídico, a sua diversidade e pluralidade de mundos – um patrimônio imaterial digno de promoção e valorização. Por outro lado, diante da escassez de recursos econômicos e da dificuldade de gestão política, promoção e valorização desses mundos, os governos locais e estaduais têm declinado da proteção e da promoção dos mundos e dos sertões que nos constituem, cedendo a pressões momentâneas e, logo, aos fechamentos dos mundos, reduzindo, assim, os horizontes de fruição da diversidade cultural brasileira.

A segunda razão para se tratar dos sertões decorre da possibilidade do desenvolvimento local sustentável, seja por meio da valorização de saberes e fazeres rurais encarnados em produtos (artesanatos, culinária, gêneros agrícolas, aguardente e criações artísticas, entre muitos outros), seja por meio da difusão de tecnologias de valorização

desses artefatos que compõem esses mesmos mundos, como as Indicações Geográficas (IGs), que contribuem para a promoção do turismo rural e ambiental sustentável, para a busca de novas experiências e para a valorização da diversidade socioambiental e histórico-cultural. São essas tecnologias, combinadas a novos engajamentos empresariais e a ativismos culturais e ambientais, que permitem a emergência de modelos de negócios sustentáveis, capazes de gerar trabalho, emprego, renda e dignidade.

Por fim, a terceira razão que torna essa escolha temática tanto mais relevante concerne à necessidade de recuperação e pesquisa acerca da gênese das memórias e das narrativas envolvendo as identidades regionais. É aqui que repousam as maiores tensões, resultado da construção de estigmas seculares, formas de silenciamento e dominação. Em um momento global de disputas pelas afirmações das memórias, as políticas de memórias – ancoradas na recuperação de traços do passado, na gênese dos significados e na desnaturalização de verdades aparentemente incontestes – tornam-se também uma nova arena de busca pelo reconhecimento e pela afirmação da diversidade regional, étnica, geracional, racial e de gênero. As políticas da memória se expressam, por exemplo, nas ações de valorização das memórias africanas e indígenas no Brasil e na América Latina, por meio da criação de museus específicos, espaços culturais, bibliotecas, rotas e destinos turísticos, centros de documentação, pesquisas, eventos acadêmicos.

Essas três razões fazem da pesquisa, análise e reflexão acerca dos sertões brasileiros um tema tão candente e necessário. Para abarcar e explorar essa pluralidade de mundos, são necessários também recursos multifacetados. Precisamente por esse aspecto, os trabalhos aqui reunidos, artigos e entrevistas, são necessariamente multifacetados. São depoimentos e relatos que cobrem a diversidade dos nossos sertões, das suas distintas geografias sentimentais, das suas tensões e disputas, dos seus fluxos e refluxos, das atualizações e ressignificações contemporâneas, da mutação dos sentidos e das cristalizações no tempo, no espaço e nas memórias.

Abrindo esta edição, logo em sua primeira parte, temos o artigo de Durval Muniz de Albuquerque Jr. Sobejamente conhecido, o historiador revela, com maestria e contundência, o processo de “raptó” do Nordeste e do sertão nordestino. Já o artigo da pesquisadora Maria Geralda explora outro sertão, aquele do Centro-Oeste, onde duas diversidades se combinam para revelar mundos simbólico-culturais e ambientais. Na imensidão dos biomas do Pantanal e do Cerrado também se encontram crenças, danças, rituais e formas de transmissão de memórias que fazem dos sertões brasileiros verdadeiros enigmas. Na sequência, o premiado trabalho de Cláudia Pereira Vasconcelos traz uma contribuição notável. Intitulado *Ser-tão Baiano*, nele a autora problematiza o processo de silenciamento e invisibilidade de uma identidade rural, interiorana e pastoril nos limites de um estado identificado com apenas uma porção

do seu território, a cidade de Salvador e a região do Recôncavo. A autora desnuda como um estado que tem 75% do seu território localizado no semiárido, com uma grande multiplicidade simbólico-cultural, tem sua identidade hegemonizada por apenas uma representação específica.

Ainda na primeira parte, tem-se a contribuição de Henrique Fontes. Trata-se de um relato muito valioso. É formidável como o sucesso de um texto acadêmico (o livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, de autoria do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.) tenha circulado e motivado a feitura de uma obra teatral que percorre o país. Fontes descreve como o livro resultou no espetáculo *A Invenção do Nordeste*, do Grupo Carmin. Explorando as veredas do sertão-Nordeste, logo em seguida figura o artigo de Adones Valença. Prodigioso artista popular sergipano, Adones foi descoberto pela exitosa política do projeto Rumos, criado e consolidado pelo Itaú Cultural. O seu relato confere ainda mais força simbólica ao sertão nordestino e tudo que o constitui – o cangaço, o isolamento territorial, as lendas, os coronéis, os vaqueiros e o messianismo religioso. Como desdobramento, João Júnior elege como objeto um dos fenômenos socioculturais mais densos e dramáticos da história do Brasil, o grande ciclo migratório vivido pelo numeroso contingente de sertanejos-nordestinos para São Paulo desde os anos 1950. O autor mobiliza o relato de migrantes cuja existência esteve marcada pela necessidade do deslocamento e da sobrevivência, pela saudade, pelas

memórias fraturadas e reconstruídas, pelos dilemas do pertencimento e pela paulatina adaptação ao desconhecido.

Abrindo a segunda parte está o trabalho deste organizador. Devotado ao tema e à gênese de significado do sertão nordestino, indaga-me sobre como ocorreu o processo de justaposição de significado entre sertão e Nordeste e como foi possível que o sertão nordestino tenha monopolizado para si a ideia e o significado de sertão por excelência. Já Brian Henrique de Assis Fuentes Requena apresenta a pujança econômica e tecnológica da música sertaneja pop contemporânea, o gênero mais ouvido, cantado e consumido no Brasil nos últimos dez anos. Estamos diante de uma música sertaneja que tematiza pouco o mundo rural – tanto o paulista como o nordestino ou o gaúcho –, mas que construiu um novo repertório lírico poderoso que arregimenta multidões e confere novo tratamento ao clássico trio amor/paixão/sexo. Por sua vez, Maria Hirszman fornece insumos para se compreender os impactos imagéticos e iconográficos das artes visuais sobre a representação do sertão nordestino. Em seguida, Isabelly Moreira nos desvela uma criação/resistência que tem feito um novo e encantador dueto na região do Pajeú. A autora demonstra a existência de uma poética do canto das mulheres sertanejas e se pergunta acerca das razões pelas quais repentistas e cantadores homens são tão conhecidos, enquanto a poesia das mulheres é quase desconhecida. A entrevista de Cacá Malaquias, realizada por Marcel Fracassi, é dotada de riqueza pela

trajetória que se apresenta, permitindo analisar a regularidade dos processos migratórios de muitos artistas dos sertões brasileiros.

Abrindo a terceira parte, o relato realizado por Fernanda Castello Branco, intitulado *Véio, um Ser(tão): Relato sobre uma Viagem Sertaneja*, traz a riqueza da multiplicidade de mundos a que aludimos no início desta apresentação. Por meio de personagens-mundos como Véio, percebemos a multiplicidade dos mundos interiores cristalizados nos objetos e nas coisas materiais da existência. Já o artigo de Juliana Funari, intitulado *No Encontro das Águas: Mulheres Camponesas do Sertão do Pajeú Transformando o Semiárido*, demonstra como o desenvolvimento também pode ser organizacional e político. Por meio de sua pesquisa, a autora revela como a luta pelo direito à água na região do Sertão do Pajeú, em Pernambuco, também se combinou à luta pela igualdade de gênero, permitindo novas formas de organização e militância política em uma região tão secularmente marcada por assimetrias entre homens e mulheres.

Por sua vez, Moacir Carvalho explora novos fenômenos que ocorrem nos sertões ou que evocam os sertões. Em *O Sertão Não É Longe Daqui: Tradição e Migração das Almas entre Católicos e Evangélicos no Novo Semiárido*, evidencia as mudanças religiosas nos sertões brasileiros, concentrando a análise na penetração do protestantismo brasileiro e nas tensões e disputas político-religiosas com o catolicismo popular rural brasileiro. O relato de Carlos Costa, intitulado *Arco-Íris*

*Sertanejo: a Luz da Obra de Elomar Decomposta em um Espectro de Cores*, em torno da poética musical do cantor e trovador Elomar, é uma poderosa vereda mítica, pois mobiliza a criação de um artista contemporâneo criador e recriador do medievalismo do sertão do Nordeste brasileiro. Já a entrevista com a arqueóloga Niède Guidon revela uma face ainda mais longínqua, de uma longa duração histórica, geológica e arqueológica que remonta aos primeiros habitantes do território brasileiro das Américas. Niède traz, em suas vivências de pesquisadora e experiências de gestora, décadas de conhecimentos e propostas de desenvolvimento do Parque Nacional da Serra da Capivara. É uma personagem digna de reverência e muita inspiração.

Abrindo a quarta e última parte está o trabalho de Juracy Marques, intitulado *Ecologia e Política do Projeto de Transposição do Rio São Francisco*. O autor destaca os interesses econômicos em torno de um bem cada vez mais escasso, a água, e as possibilidades de organização institucional para regular o capital e os seus interesses no processo de privatização desse recurso tão valioso. Em consonância com Juracy, Fernanda Cruz mobiliza com muita propriedade as relações complexas entre o processo de convivência com o semiárido e a luta feminista pela organização social em torno da agroecologia e da agricultura familiar, revelando o êxito formidável de instituições e movimentos sociais.

Na sequência, o criativo e rigoroso trabalho de Janaina Cardoso de Mello, intitulado *Turismo Cultural & Indicação Geográfica:*

*Piauí, Paraíba e Sergipe como Roteiros*, revela as potencialidades do turismo cultural e os usos dos direitos autorais coletivos permitidos pelas Indicações Geográficas, cruzando aspectos como economia criativa, Indicações Geográficas e desenvolvimento regional/local. Trata-se de uma agenda que pode ser convertida em políticas sistemáticas, dotadas de maior capilaridade e abrangência, capaz, portanto, de revelar novos mundos. No mesmo diapasão, Wanderson José Francisco Gomes descortina os impactos econômicos locais no município de Piranhas, em Alagoas, decorrentes da construção e consolidação de um destino turístico até recentemente muito pouco conhecido. Em seguida, temos o trabalho de Alexandre Barbalho. Um dos pesquisadores mais competentes no que tange à investigação das políticas culturais no Brasil, Barbalho realiza um elucidativo balanço histórico e regional sobre a temática. Já o relato de Alemberg Quindins, músico de formação popular, historiador autodidata e criador da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, é um exemplo categórico de um artista, produtor e gestor cultural que traz o sertão nordestino nos punhos e nas fábulas das quais é resultado. Trata-se de um fabulador e tradutor de mundos, que, de modo muito vibrante e criativo, organiza formas de criação e produção cultural sobre a mitologia nordestina, contribuindo diretamente para inseri-la nos fluxos digitais e nos mecanismos de globalização das imagens.

Elder Patrick